

Hernâni Cidade e a dissidência intelectual no Estado Novo

Hernâni Cidade and intellectual dissent under the Estado Novo

Fernando Luís Gameiro

Universidade de Évora, CIDEHUS. Portugal | Rede de Arquivos Escolares de Évora

(RAEEV)

fgameiro@uevora.pt

<https://orcid.org/0000-0002-8944-6310>

Texto recebido em / Text submitted on: 04/02/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 13/05/2026

Resumo

Este artigo analisa a gestão da dissidência intelectual pelo Estado Novo entre 1932 e 1935, através do estudo de caso de Hernâni Cidade, figura central da dissidência intelectual republicana. A partir de documentação inédita, arquivos escolares, correspondência pessoal e da produção jornalística publicada no Diário Liberal, demonstra-se que o regime combinou, de forma estratégica, mecanismos de repressão seletiva e de integração controlada na administração de opositores com elevado capital simbólico. A intervenção de Hernâni Cidade na imprensa oposicionista desencadeou um processo judicial que culminou na sua condenação em 1935. O artigo demonstra que as redes de sociabilidade formadas no Seminário, no Liceu e na Universidade foram decisivas para atenuar os efeitos da repressão seletiva e permitir a manutenção da carreira académica do intelectual.

Conclui-se que a combinação entre repressão seletiva e tolerância foi um instrumento do autoritarismo português cuja análise revela a lógica complexa com que o regime geriu opositores prestigiados. O estudo desse instrumento contribui para uma compreensão mais fina das relações entre

Abstract

This article examines the management of intellectual dissent by the Estado Novo between 1932 and 1935 through the case study of Hernâni Cidade, a central figure of republican cultural opposition. Drawing on unpublished documentation, school archives, personal correspondence, and journalistic production published in Diário Liberal; it demonstrates that the regime strategically combined mechanisms of selective repression with controlled reintegration in its handling of opponents endowed with significant symbolic capital. Hernâni Cidade intervention in the oppositional press triggered judicial proceedings that culminated in his conviction in 1935. The article shows that the networks of sociability formed in the Seminary, the High School, and the University were decisive in mitigating the effects of repression and enabling the continuation of the intellectual's academic career.

It concludes that the combination of punishment and supervised tolerance functioned as an instrument of Portuguese authoritarianism, revealing the complex logic through which the regime managed prestigious opponents and contributing to a more nuanced understanding

cultura, educação e poder político durante a primeira metade da década de 1930.

Palavras-chave: Estado Novo; Hernâni Cidade; Dissidência intelectual; Redes de sociabilidade; Liceu de Évora.

of the relationships between culture, education, and political power during the first half of the 1930s.

Keywords: Estado Novo; Hernâni Cidade; Intellectual dissent; Academic networks; Évora High School.

Introdução

A análise do Estado Novo português na década de 1930 exige ultrapassar leituras centradas exclusivamente na repressão policial ou censória, incorporando os mecanismos diferenciados através dos quais o regime administrou a dissidência intelectual durante a sua fase de consolidação constitucional. A governação autoritária não operou apenas por exclusão, mas também por dispositivos seletivos de tolerância, integração e reintegração institucional, particularmente dirigidos a intelectuais dotados de elevado capital simbólico e inseridos em redes de sociabilidade influentes.

O percurso de Hernâni António Cidade (1887-1975) constitui um observatório privilegiado dessa lógica. Intelectual republicano com prestígio académico, a sua intervenção pública, sobretudo através da colaboração no *Diário Liberal* entre 1933 e 1934, expôs os limites da tolerância do regime e desencadeou um processo judicial que culminou na condenação de 1935. Contudo, essa punição não implicou o colapso da sua carreira académica. Pelo contrário, evidencia uma estratégia de repressão seletiva combinada com reintegração tutelada, mediada por redes de sociabilidade formadas antes da instauração do Estado Novo¹.

Este artigo inscreve-se numa abordagem de micro-história, entendida não como estudo do singular isolado, mas como instrumento analítico capaz de revelar padrões estruturais de funcionamento do poder através de trajetórias individuais². A partir da articulação entre correspondência inédita, arquivos escolares e produção jornalística, demonstra-se como o regime avaliava a

¹ Helena Cidade Moura, “Cidade, Hernâni” in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 145-146. Fernando Luís Gameiro, “Cidade, Hernâni” in Maria Fernanda Rolo, *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, vol 1, Lisboa, Assembleia da República, 2013, p. 672-675.

² Carlo Ginzburg et al., “Microhistory: Two or Three Things That I Know about It”, *Critical Inquiry*, 20, 1 (1993), p. 10-35, JSTOR, (<https://eclass.duth.gr/modules/document/file.php/KOM03267/Ginzburg%20Microhistory.pdf>, consultado em 2026.01.12).

perigosidade política dos intelectuais em função do seu capital simbólico, da sua visibilidade pública e da utilidade institucional que ainda podiam oferecer.

A dissidência aqui analisada é definida como dissidência intelectual, isto é, como uma forma de oposição pública, não clandestina e não revolucionária, exercida por agentes dotados de formação superior, reconhecimento simbólico e capacidade de intervenção no espaço público³. Esta modalidade colocava o Estado Novo perante um dilema estrutural: uma repressão excessiva arriscava produzir custos simbólicos elevados, enquanto a permissividade plena fragilizaria o controlo ideológico. O regime respondeu através de soluções intermédias, combinando punição formal com mecanismos de acomodação institucional.

A trajetória de Hernâni Cidade permite observar esse modelo em funcionamento, articulando três dimensões centrais: a intervenção na imprensa oposicionista; o percurso profissional no sistema educativo; e o papel das instituições escolares como espaços simultâneos de formação, legitimação, repressão seletiva e reintegração. A análise revela que educação, imprensa e redes de sociabilidade, funcionaram como instrumentos estratégicos na gestão da dissidência intelectual durante os primeiros anos do Estado Novo.

Este artigo questiona o modo como o Estado Novo conseguiu neutralizar a dissidência intelectual sem destruir completamente o capital simbólico das elites académicas de que dependia para legitimar o seu projeto educativo e cultural.

O texto apresenta-se estruturado em cinco secções. A primeira analisa a formação e as redes de sociabilidade que moldaram a trajetória inicial de Hernâni Cidade. A segunda estuda o *Diário Liberal* enquanto espaço de dissidência intelectual e contextualiza a sua intervenção. A terceira examina o confronto com o jornal *O Século* e o processo judicial de 1935. A quarta centra-se no papel de Gustavo Cordeiro Ramos e na política educativa do regime. A quinta analisa o Liceu de Évora como espaço de reintegração tutelada. Por fim, a conclusão sintetiza os resultados e propõe pistas de interpretação para o estudo comparado da gestão autoritária das elites intelectuais.

I. Formação de elites e redes de sociabilidade

A génese intelectual e social de Hernâni Cidade encontra-se enraizada na cultura escolar de Évora, onde o Seminário Diocesano e o Liceu Nacional

³ Sobre o reconhecimento académico, conferir os verbetes inseridos nos dicionários antes citados que referem a trajetória nas universidades do Porto e de Lisboa e as homenagens de alunos e académicos.

funcionavam como centros de formação de elites regionais em finais do século XIX e início do século XX. Esses espaços constituíam não apenas locais de aprendizagem formal, mas sobretudo ambientes de sociabilidade intensa, responsáveis pela consolidação de redes duradouras que viriam a condicionar fortemente os percursos individuais no campo académico e político⁴.

O Seminário Diocesano de Évora, frequentado por Hernâni Cidade e por António Bartolomeu Gromicho, o futuro reitor liceal, integrava estudantes provenientes de múltiplas origens sociais, incluindo filhos das elites rurais, pequenos proprietários, artesãos (como o próprio pai de Cidade), além de jovens oriundos de famílias modestas que encontravam naquela instituição a única via de acesso a um percurso escolar prolongado⁵. A convivência entre estudantes originou uma rede de sociabilidade académica que se estruturava com base num forte *ethos* de mérito escolar e disciplina intelectual⁶.

Nos anos que antecederam a I^a República, académicos e seminaristas organizavam debates cívicos e políticos em ambiente favorável à inculcação dos ideais republicanos e ao anticlericalismo emergente⁷. Hernâni Cidade reforçou a sua formação política. Fê-lo através da participação ativa em momentos comemorativos nos quais exercitava os seus dotes oratórios, realizando leituras de índole diversa ou exercícios intelectuais que o posicionaram como figura de proa da sua geração⁸.

A politização de Hernâni Cidade consolidou-se ao longo da sua formação no Seminário e no Liceu de Évora, num ambiente em que debates cívicos e republicanos moldavam intensamente a cultura escolar das primeiras décadas do século XX.

Em 1908, ao concluir os estudos em Humanidades, Filosofia e Teologia, renunciou à carreira eclesiástica e matriculou-se no Curso Superior de Letras⁹. Este gesto marca a transição definitiva para o universo académico laico, abrindo caminho a uma carreira universitária que o colocaria no centro de debates culturais e políticos nas décadas seguintes.

⁴ A percentagem de estudantes seminaristas ou porcionistas, no Liceu era de 10%. Fernando Luís Gameiro, *Elites e Educação. Itinerários escolares e percursos profissionais. Alentejo, séculos XIX e XX*, Évora, Tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2014, p. 448-481.

⁵ Idem, *Ibidem*.

⁶ Domingos Cordeiro Rosado, “Os académicos do Redondo”, *Ilustração Alentejana*, 6 (1929).

⁷ Idem, *Ibidem*. João Camoesas, *Frente a Frente*, Évora, s/e, 1909. Esta pequena brochura é representativa do espírito combativo que opunha estudantes republicanos a professores monárquicos.

⁸ Biblioteca Nacional (Portugal), Espólio E-36 Cx. 8; Hernâni Cidade, *República*, 17 de outubro de 1941; Helena Cidade Moura, “Cidade, Hernâni”..., cit., p. 145-146: lia Marx, Bakunine, Gorki, Pestalozzi.

⁹ Idem, *Ibidem*.

A relevância desta fase formativa é dupla. Por um lado, evidencia como a educação funcionou como mecanismo de produção de elites regionais e nacionais, dotadas de forte identidade cultural republicana. Por outro, explica a resiliência das redes de sociabilidade que sustentariam a proteção institucional de Cidade durante o Estado Novo.

A experiência bélica, incluindo a do cativo, terá ampliado a sua percepção do papel do intelectual como agente cultural, capacidade que reaparece posteriormente no *Diário Liberal* e na crítica aos projetos educativos do Estado Novo¹⁰.

Reintegrado no ensino após a guerra, iniciou uma carreira académica sólida na Universidade do Porto e depois na de Lisboa, mantendo relações de proximidade com movimentos culturais como a *Seara Nova* e a *Renascença Portuguesa*¹¹. A fase de maior exposição pública ocorre entre 1932 e 1934, quando assume posição central no conselho diretivo do *Diário Liberal*, facto que desencadeia o processo repressivo que culminou na condenação judicial de 1935. No entanto, o afastamento não se traduz num colapso de carreira, graças à intervenção decisiva de Cordeiro Ramos, colega de Academia, cujo protagonismo político no campo educativo permitiu, neste caso, a gestão da dissidência intelectual¹².

A sua trajetória colocou-o, pelo menos até 1935, num espaço de intervenção pública em que, mais do que militância política, se estruturava na ação crítica e na autoridade moral do professor e ensaísta bem patente na sua colaboração no *Diário Liberal*¹³.

Embora não tenhamos encontrado prova documental de filiação formal em qualquer partido político, Hernâni Cidade fez parte da lista de apoiantes

¹⁰ Biblioteca Nacional (Portugal), Espólio E-36 Cx. 3 (Correspondência de Hernâni Cidade para Pita Domingues); Mobilizado para o Corpo Expedicionário Português em 1916, participou na Batalha de La Lys e desenvolveu, mesmo no exílio alemão que resultou da derrota, uma atividade intelectual significativa, que incluía a correspondência regular com o cônego Virgílio Pita Domingues, seu mentor no Seminário. Cf. também Helena Cidade Moura, “Cidade, Hernâni”..., cit., p. 145-146; Hernâni Cidade, *Quelques Aspects de la Littérature Portugaise de la Grande Guerre*, Lisbonne, Institut Français au Portugal, 1937.

¹¹ Biblioteca Nacional (Portugal), Espólio E-36, Cx. 3.

¹² Fernando Luís Gameiro, “Identidade, legitimação e poder: o Liceu Nacional de André de Gouveia durante o Estado Novo”, *Economia e Sociologia*, 73 (2003), p. 154-175; Biblioteca Nacional (Portugal), Espólio E-36, Cx. 3; Helena Cidade Moura, “Cidade, Hernâni”..., cit., p. 145-146.

¹³ Helena Cidade Moura, “Cidade, Hernâni”..., cit., p. 145-146; Rui Ramos, “Intelectuais e Estado Novo” in António Barreto e Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8, Porto, 1999, p. 283.

do Movimento de Unidade Democrática (MUD), em 1945, juntamente com Vitorino Nemésio e Prado Coelho¹⁴.

A correspondência pessoal confirma igualmente a natureza ética e cultural da sua intervenção, evidenciando um ideal republicano não militante que se traduzia sobretudo na defesa das liberdades cívicas e da autonomia intelectual¹⁵.

Em suma, a formação de Hernâni Cidade nos espaços educativos eborenses e lisboetas produziu não apenas um intelectual de elevado prestígio, mas também um indivíduo inserido em redes de sociabilidade académica, capazes de atuar como mecanismo de proteção e mediação em momentos de conflito político. Esta articulação entre capital simbólico e capital social torna-se essencial para entender a forma como o Estado Novo avaliava, reprimia e reintegrava, determinados opositores¹⁶.

II. O *Diário Liberal* e a dissidência intelectual (1932-1934)

O *corpus* documental analisado é constituído por 62 artigos, um conjunto textual homogéneo, publicado entre 1932 e 1934 pelos membros do conselho diretivo do *Diário Liberal*. A estes somou-se a leitura de artigos não assinados, num total de 35 publicações, da responsabilidade da redação, que incidiram sobre os temas diretamente associados ao encerramento do jornal¹⁷. Selecionando apenas dois títulos de primeira página, cobre-se a totalidade das empresas visadas: “Escândalos! Escândalos! O caminho é só um. A plutocracia e a finança de mãos dadas - A Companhia Nacional de Navegação, a Torlades e o Cabo Mondego - E mais, e muitas mais!”¹⁸ ou “A Norte de Portugal. O pessoal tem muito que dizer, mas calar-se-á enquanto pesar sobre ele a ameaça de represálias”¹⁹.

Entre 1933 e 1935, o controlo do noticiário, em particular o relativo à política internacional, assumiu um papel estratégico na construção de perceções sociais sobre temas considerados sensíveis²⁰.

¹⁴ Rui Ramos, “Intelectuais...”, cit..

¹⁵ Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E-36, Cx. 3.

¹⁶ Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E-36, Cx. 3. Cf. correspondência com figuras dos setores da ciência e da cultura, de Egas Moniz a Nemésio.

¹⁷ Sociedade Torlades: 10 artigos; Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal: 12; Companhia Nacional de Navegação: 12; Cabo Mondego: 1.

¹⁸ *Diário Liberal*, 20.08.1933.

¹⁹ *Diário Liberal*, 14.08.1933.

²⁰ Manuel Baião, “A Censura como fator de formação e Consolidação do Salazarismo: o caso do noticiário sobre política internacional na imprensa (1933-1935)” in Fernando Martins (ed.),

Neste contexto, o *Diário Liberal* definiu-se como órgão republicano num campo mediático polarizado entre jornais alinhados com o poder e periódicos de combate político. A sua produção jornalística revela-se coerente e plural nos temas e registos, mas unificada por uma orientação crítica comum, assente na defesa dos princípios republicanos e na contestação da leitura oficial dos acontecimentos.

Do ponto de vista institucional, a aprovação da Constituição de 1933 e a institucionalização da censura prévia criaram um enquadramento jurídico que aumentou significativamente o risco político da crítica pública²¹. A persistência do *Diário Liberal* neste ambiente de crescente repressão conferiu-lhe particular relevância enquanto espaço de dissidência intelectual e política.

Essa relevância foi reforçada pela diversidade dos seus diretores, académicos, juristas, jornalistas e ativistas republicanos, bem como dos seus colaboradores, provenientes de áreas como a literatura, os quadros técnicos e as profissões liberais. Esta pluralidade contribuiu para a legitimidade do jornal enquanto plataforma de oposição fundamentada²².

Os contributos do conselho diretivo do *Diário Liberal*

Para analisar a intervenção do jornal no panorama político da época, e estabelecer o grau de envolvimento dos articulistas no processo oposicionista, distinguem-se duas dimensões complementares. Primeiro os contributos individuais de cada diretor e depois os textos produzidos pela redação enquanto órgão coletivo, especialmente aqueles que intensificaram o confronto com o

A Formação e a Consolidação Política do Salazarismo e do Franquismo, Évora, Publicações do CIDEHUS, 2012, <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.4305>.

²¹ Portugal. Ministério do Interior – Direção Geral de Administração Política e Civil. Decreto-Lei n.º 22 469, de 11 de abril de 1933. *Diário do Governo*, I Série, n.º 83, 11 abr. 1933. Regulamenta a censura prévia às publicações gráficas. Cria as comissões de censura, que ficarão subordinadas ao Gabinete do Ministro do Interior, por intermédio da Comissão de Censura de Lisboa, e define as suas atribuições e funcionamento. Cf. também, para o discurso legitimador do Estado Novo depois de 1933, Joe Williams, “‘Year X of the National Revolution’ – Salazarist paligenetic myth in the *Diário da Manhã*”, *Revista Portuguesa de História*, LVI (2025), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 354-357.

²² Não existe ainda trabalho académico exclusivamente dedicado ao *Diário Liberal* (Lisboa, 1932-1934). O artigo de Manuel Baião anteriormente citado, embora não trate exclusivamente daquele jornal, analisa a imprensa oposicionista no período de publicação do periódico, incluindo jornais vítimas de cortes, suspensões e asfixia económica. Ver também as referências ao *Diário Liberal* em Rui Ramos, “Intelectuais...”, cit..

regime e desencadearam o processo judicial que levou ao encerramento do periódico. A primeira dimensão incide, portanto, na atuação específica dos diretores e a segunda aborda o papel institucional da redação no desfecho do projeto editorial.

Mário de Azevedo Gomes (1885-1965) foi professor no Instituto Superior de Agronomia, afirmando-se como intelectual republicano dotado de forte competência técnica²³. A sua colaboração no jornal centrou-se sobretudo em críticas à política económica e administrativa do Estado Novo. Os seus artigos abordavam essencialmente as deficiências da administração pública, a falta de método governativo, a fragilidade da gestão financeira e os problemas de desenvolvimento rural e ultramarino.

A sua escrita combinava análise técnica e intervenção cívica, sustentada num conhecimento especializado que dificultava a desqualificação política das suas críticas²⁴. O texto dedicado ao “Fomento Ultramarino”, um artigo inscrito no quadro dos problemas estruturais herdados da Iª República, ilustra este padrão²⁵.

Carlos Lopes de Alpoim e João Ribeiro Gomes representam, no seio do conselho diretivo, uma forma de dissidência que combinava reflexão político-institucional e intervenção crítica, situada num plano intermédio entre a denúncia económica e a crítica ideológica.

O primeiro destacou-se por artigos nos quais problematizou o poder político e a liberdade de opinião, inscrevendo-se numa linha de crítica liberal ao autoritarismo emergente e ao seu modelo de governação económica.

²³ Oliveira Marques (coord.), *Parlamentares e Ministros da Iª República*, Lisboa, Afrontamento, 2000, p. 235. Memória Comum – Memorial 2019. Mário de Azevedo Gomes. (<https://memorial2019.org/presos/mario-azevedo-gomes>, consultado em 2026.02.12).

²⁴ “Jornalismo de Combate”, em que define a atitude do jornal e o posicionamento combativo que enquadra todos os textos seguintes. “Orgânica do Estado”, introduz a crítica estrutural ao funcionamento do governo e dos seus ministérios. “No caminho da política experimental”, desenvolve a crítica ao sistema de decisão, apontando o imprevisto e a falta de método na ação governativa. “Reflexões sobre o orçamento” (série, julho de 1933), aplica o conhecimento técnico do autor para fundamentar a crítica à gestão financeira e institucional do regime. “Fomento Ultramarino”, passa para a análise setorial especializada, aqui sobre a política agrícola colonial. “A terra e o imposto”, artigo no qual mantém o foco económico-agrário, articulando política fiscal e estrutura fundiária. “Os deveres do consumidor (I e II)”, desloca a crítica para o plano social, defendendo organização cívica e direitos do consumidor. “Orgulho de ser português”, fecha a sequência com uma crítica ideológica à manipulação patriótica, expondo a obediência exigida pelo Estado Novo.

²⁵ Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta*, Lisboa, Estampa, 1986, p. 89-114; António José Telo, *Decadência e queda da Iª República portuguesa*, vol. II, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 9-51.

Já o segundo, concentrou a sua intervenção em dois eixos principais. O primeiro, a política colonial, nos quais questionava a ausência de estratégia consistente para o império. O segundo, o campo educativo, área em cujas posições se aproximou de Hernâni Cidade. No texto “Primeiro selecionar”, foca-se na tensão entre incompatibilidade e exclusividade no pessoal docente do ensino superior, tema sensível num momento de crescente controlo institucional sobre a Academia. Em conjunto, os escritos destes dois diretores, reforçaram a dimensão programática do jornal, articulando crítica política, análise de políticas públicas e defesa de princípios de racionalidade administrativa e autonomia institucional no ensino superior²⁶.

Evaristo de Carvalho (1865-1938), formado em Direito pela Universidade de Coimbra, assumiu o cargo de diretor-delegado, o que lhe conferia proeminência dentro da equipa redatorial. Apesar de associado ao ambiente coimbrão, o facto de não integrar os meios académicos, cada vez mais condicionados, ao contrário de Cidade, Carvalho e Gomes, também poderá ter tido influência na sua escolha para liderar o projeto editorial²⁷.

Os 25 artigos que assinou cobriram uma variedade temática extraordinária. O tom incisivo, combativo, e o alcance político dos seus textos contribuíram significativamente para o antagonismo entre o jornal e o regime²⁸.

²⁶ Alpoim foi o membro do conselho diretivo menos prolixo. Gomes publicou 7 artigos.

²⁷ Oliveira Marques (coord.), *Parlamentares...*, cit., p. 151. Embora os primeiros números não enunciassem no cabeçalho a equipa diretiva, a indicação de delegação em Evaristo de Carvalho foi evidente. Este cargo foi atribuído ao membro da direção mais experiente, que teve destaque durante a 1ª República, como deputado, e com a publicação do jornal *A Flecha*. Desconhecemos os efeitos da sua atividade no *Diário*, sobre o seu percurso nos anos subsequentes.

²⁸ 1. Crítica política direta ao Estado Novo (confronto explícito com o autoritarismo). “O perigo nacionalista” – associação entre nacionalismo exacerbado, autoritarismo e despotismo. “Na Alemanha” – alerta sobre a emergência do nazismo. “Expectativa sombria” – antecipação do papel da Alemanha num eventual conflito europeu. “Epidemia política” – aproximação entre o nacionalismo português e o pangermanismo alemão. “Equilíbrio político” – defesa da democracia pluralista contra o partido único da Constituição de 1933. “A política da democracia” – defesa clara do sistema democrático. “O homem e a liberdade” – apologia da liberdade individual, em oposição ao modelo do Estado Novo. “Democracia”, da crítica aos antidemocratas, em que uma minoria se arroga o direito de decidir pela maioria.

2. Intervenção cívica e doutrínaria republicana (defesa explícita da cultura política republicana). “José Falcão” – evocação simbólica de uma figura do republicanismo. “Recenseamento e eleições” – apelo à participação eleitoral do campo republicano. “Bravo cidadãos” – a França como modelo republicano. “As nações que se ouvem” – reflexão sobre soberania nacional e autodeterminação. “Briand” – elogio ao estadista francês e à política de paz internacional.

3. Economia política e crítica ao poder económico (confronto com a conceção económica). “Capital e trabalho” – tentativa de conciliação entre capitalismo e justiça social. “Economia

Joaquim de Carvalho (1892-1958) foi professor da Universidade de Coimbra e destacou-se comopositor liberal, cuja carreira foi progressivamente limitada, mas não formalmente interrompida pelo Estado Novo²⁹. A sua colaboração no jornal incidia sobretudo sobre teoria e crítica ao modelo político emergente. Escreveu contra o partido único, as limitações impostas à Academia, a tendência totalitária do regime e a formação de novas oligarquias políticas³⁰.

Os seus artigos, dotados de argumentação rigorosa, utilizavam exemplos internacionais, tais como a ascensão do nazismo, para denunciar paralelismos inquietantes com Portugal³¹.

dirigida” – análise crítica de políticas económicas orientadas pelo Estado. “A praga das execuções” – defesa do apoio estatal a proprietários rurais endividados.

4. Crítica às instituições coercivas e à ordem jurídica (direitos, justiça e repressão). “Penitenciárias” – crítica direta ao sistema prisional português. “A Mulher perante a lei” – defesa da igualdade jurídica entre géneros.

5. Análise cultural e social (crítica indireta). “Intolerância” – reflexão sobre a psicologia coletiva e a rejeição da diferença. “Velha pecha” – crítica ao jornalismo que se abstém da análise da política interna.

6. Intervenção educativa e crítica ao sistema de ensino (domínio estratégico do Estado Novo). “Exames em outubro” – crítica ao insucesso escolar nos liceus. “Ainda mais exames” – contestação aos exames de acesso ao liceu.

7. Projeto editorial. “*Diário Liberal*” – balanço político e identitário do primeiro ano do jornal, identificando os fundadores. “Vamos suspender” (04.02.1933) – anúncio da suspensão temporária do periódico, invocando dificuldades económicas.

²⁹ Paulo Archer de Carvalho, *Uma autobiografia da razão: A matriz da historiografia cultural de Joaquim de Carvalho*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2015. Idem, “Joaquim de Carvalho: o clerc universitário”, *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, 46-47, p. 83-102, (https://doi.org/10.14195/2184-7681_46_47_6, consultado em 2026.02.12). Cf. Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 1999, p. 90 e seg. A Imprensa da Universidade de Coimbra, dirigida por Carvalho desde 1921, foi extinta em 1934.

³⁰ “Sobre a ideia de Estado Total: noção de Partido político”, desferiu um ataque contundente, teoricamente fundamentado ao regime de partido único.

“Reflexão outonal sobre a universidade de todo o ano”, adota o mesmo tom acutilante do artigo anterior para abordar um tema também glosado por Hernâni Cidade: os problemas de excesso de trabalho dos docentes e o pouco tempo que podiam dedicar à investigação.

“Com a razão nas mãos, e ao lado, um cálice para refresco”, em cinco fascículos publicados entre setembro e outubro de 1933, Joaquim de Carvalho, reflete sobre a natureza, as modalidades dos regimes políticos. Um dos artigos é exemplar, pois invoca a afirmação do fascismo na Alemanha para triangular os conceitos de liberalismo, democracia e autoritarismo. Sem mencionar a constituição de 1933, por motivos óbvios, rotula a constituição de 1822 como democrática e a Carta de 1826 como liberal... e termina com uma pergunta: “lotar os dois ingredientes políticos e preparar as condições do advento de uma nova oligarquia de dirigentes, livremente escolhida?” (*Diário Liberal*, 2.9.1933. “Com a razão nas mãos, e ao lado, um cálice para refresco”, II).

³¹ Idem, *ibidem*.

Neste conjunto de posições oposicionistas, a intervenção de Hernâni Cidade distingue-se no campo cultural e pedagógico, domínio no qual o regime tendia a exercer formas de repressão mais calibradas e menos imediatas. Esta especificidade condicionou tanto a natureza da sua exposição política como as respostas institucionais subsequentes.

Quanto a Hernâni Cidade, que também foi professor universitário e historiador da cultura, publicou uma dezena de artigos entre 1933 e 1934, centrados em questões educativas, culturais. O foco da sua intervenção incidiu sobretudo sobre exames e processos de seleção escolar, a articulação entre ensino secundário e ensino superior, os limites impostos pelo regime à liberdade intelectual, nova constituição incluída, a precariedade da investigação universitária e a crítica à inculcação ideológica e ao nacionalismo disciplinador (Tabela 1).

Os seus textos, todos publicados imediatamente depois da entrada em vigor da constituição de 1933, integravam-se numa ofensiva do conselho diretivo do jornal visando combater a consolidação das posições ideológicas expressas na lei fundamental do Estado. O conteúdo dos artigos revela uma crítica multifacetada ao modelo educativo do Estado Novo, articulando reflexão pedagógica, humanismo e contributos de natureza cultural³². Cidade recorria frequentemente a referências eruditas, como era o caso do humanista francês

³² Em “Aspetos de problemas escolares”, relata uma atividade de extensão da Universidade do Porto na área da saúde pública, com o intuito de reclamar um modelo de ensino superior assente em bases modernas. “A representação do professorado de Coimbra”, o artigo, na linha de texto idêntico de Joaquim de Carvalho, que unia os dois académicos na denúncia da precariedade dos recursos investidos em investigação. Um posicionamento que os associa aos peticionários, aumentando a pressão sobre o regime em matéria de política para o ensino superior. “Exames”, neste texto, refere a importância do ensino secundário na seleção de recursos para o prosseguimento de estudos e reflete sobre a possibilidade de conferir ao ensino secundário clássico uma via profissionalizante paralela à do prosseguimento de estudos. “Os exames de admissão”, a crítica aos exames de admissão mostra a contestação à seletividade social e ao controlo político sobre o acesso à educação. O artigo funciona como crítica indireta ao filtro ideológico que o regime impunha, ao defender critérios de mérito e de liberdade intelectual. “Ainda os exames”, um texto que mostra a capacidade de compreender o funcionamento de dois subsistemas de ensino: o secundário e o superior. Reconhecendo fragilidades em ambos, ressalva a competência do pessoal docente. “A moderação de Montaigne”, o artigo usa Montaigne, figura da cultura francesa que havia sido objeto de um evento académico, como modelo de liberdade interior e espírito crítico. Ao elogiar a moderação e o ceticismo, o texto rejeita implicitamente a rigidez ideológica do regime, propondo uma ética humanista oposta ao autoritarismo. “Em Montemor-o-Novo”, a propósito de uma conferência que ali proferiu, tece considerações sobre a dimensão cultural inerente ao ser humano, como forma de relativizar a inculcação ideológica do regime associada à exaltação patriótica. “Um livro notável”, recensão da redação do *Diário Liberal* ao livro de Hernâni Cidade, *Cultura e literatura portuguesas*. A valorização pública da obra de um intelectual sob vigilância política funciona como afirmação da legitimidade da cultura

Montaigne, para fundamentar a defesa da liberdade intelectual e da moderação crítica, numa evidente oposição à rigidez ideológica do regime³³.

Tabela 1 - Colaboração de Hernâni Cidade no *Diário Liberal* (1933-1934).

Ano	Data	Título	Conteúdo
1933	23 de maio	Exames	Ensino secundário
	2 de junho	Aspetos de problemas escolares	Universidade e comunidade: boas práticas
	10 de junho	Ainda os exames	Centralidade do ensino secundário e acesso ao ensino superior
	30 de julho	Se eles tivessem triunfado (I e II)	Crítica (muito) subtil à Constituição de 1933
	2 de agosto	Um livro notável	Recensão da redação ao livro “Cultura e literatura portuguesa” ³⁴
	4 de agosto	Os exames de admissão	Subsistemas de ensino secundário e superior
	21 de agosto	Insistindo. Exames e Programas	Relaciona insucesso escolar no ensino secundário com a conceção dos programas curriculares
	9 de setembro	A representação do professorado de Coimbra	Reivindicação docente no ensino superior, unindo academias coimbrã (peticionários e Joaquim de Carvalho que também publicou sobre o assunto) e de Lisboa (Hernâni Cidade)
	24 de dezembro	A moderação de Montaigne	Crítica à orientação ideológica do Estado Novo
1934	10 de janeiro	Em Montemor-o-Novo	Crítica ao processo de inculcação de valores

Fonte: *Diário Liberal*, 1933-1934.

A intervenção de Hernâni Cidade no *Diário Liberal* enquadra-se na tradição republicana de crítica cultural que caracterizou vários intelectuais afastados da militância partidária direta, mas empenhados na defesa pública de princípios de liberdade e pluralismo. Como observou Rui Ramos, ao

crítica republicana contra o dirigismo cultural do Estado Novo. A crítica literária é usada como arma de dissidência intelectual.

³³ *Diário Liberal*, 24.12.1933.

³⁴ Artigo de recensão a livro de Hernâni Cidade da responsabilidade da redação do *Diário*.

analisar a posição dos escritores portugueses perante o Estado Novo, “essa oposição, apesar da sua impotência política, conseguiu impor os seus critérios de distinção intelectual”³⁵.

Os seus artigos centram-se na crítica à orientação ideológica da educação, à conceção do ensino liceal como mecanismo de contenção do acesso ao ensino superior e ao subsequente controlo do Estado sobre a aquisição de capital simbólico e à formação de elites. Mas também à limitação da investigação universitária e à crescente instrumentalização política da cultura, denunciando a erosão da autonomia intelectual num contexto de censura e doutrinação, e, finalmente, um artigo repartido por dois números sobre a Constituição.

Esta forma de dissidência intelectual coincide com a caracterização de João Madeira sobre a oposição qualificada dos anos 1930, composta por “quadros superiores”³⁶. Esta forma de oposição inscreve-se no padrão de dissidência intelectual já caracterizado, privilegiando a crítica cultural e pedagógica como via de resistência ao enquadramento autoritário³⁷.

O debate constitucional de 1933 constituiu um marco relevante para definir o posicionamento público de Hernâni Cidade. Embora não tenha participado diretamente na campanha oposicionista contra o novo texto constitucional, os seus artigos no *Diário Liberal* revelam uma recusa sistemática dos princípios que sustentavam a Constituição do Estado Novo. Combate pela via cultural, recorrendo a um discurso muito intelectualizado, contra a limitação das liberdades, a censura prévia e a consagração de um modelo corporativo de Estado. Enfim, anteviu e criticou com subtilidade o que Fernando Rosas, afirmou sobre a Constituição de 1933: representou a institucionalização de um projeto político totalizante que visava subordinar a sociedade à disciplina do Estado³⁸.

Embora subliminar, a crítica de Cidade à subordinação das universidades ao Governo³⁹, à incorporação da ideologia no ensino e à destruição do

³⁵ Rui Ramos, “Intelectuais..., cit., p. 283-284.

³⁶ João Madeira, *Os Engenheiros de Almas*, Lisboa, Estampa, 1996, p. 55-71; Rui Ramos, *Intelectuais..., cit.*, p. 285.

³⁷ Rui Ramos, “Intelectuais..., cit..

³⁸ Fernando Rosas, “Constituição de 1933” in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário..., cit.*, p. 199.

³⁹ Desde 1930 que o condicionamento das universidades era evidente, com a nomeação do Reitor pelo Governo. Em 1931 o ministério da Instrução Pública dirigido por Gustavo Cordeiro Ramos “previne-se os professores que ‘as infrações e delitos cometidos [...] no exercício das suas funções ou, fora deste exercício, serão punidos’ com penas que poderiam ir desde a advertência à demissão”. Luís Reis Torgal, *A Universidade...cit.*, p. 90.

pluralismo pedagógico, foi reiterada e funcionou como uma rejeição indireta dos fundamentos constitucionais do novo regime⁴⁰.

Ao contrário de Evaristo de Carvalho ou de Joaquim de Carvalho, cuja crítica incidia diretamente sobre o campo político-institucional, a dissidência de Hernâni Cidade deslocava-se para o plano cultural e pedagógico, onde o regime tendia a exercer uma repressão mais calibrada e menos imediata.

A derrota da posição republicana no plebiscito, realizado num ambiente altamente controlado⁴¹, reforçou a necessidade de que a dissidência intelectual assumisse novos contornos, dificultando ainda mais a intervenção pública dos intelectuais adversos ao Estado Novo.

Em síntese, a análise da intervenção do conselho diretivo do *Diário Liberal* evidencia a coexistência de diferentes registos de crítica ao Estado Novo, com impactos desiguais em termos de visibilidade pública e exposição ao controlo político. Enquanto alguns diretores assumiram posições de confronto mais direto e explicitamente político, outros optaram por formas de intervenção centradas em domínios sectoriais ou técnicos, cuja leitura podia ser mais facilmente enquadrada fora do plano ideológico imediato. Neste conjunto, a colaboração de Hernâni Cidade distingue-se pela centralidade atribuída à reflexão cultural e pedagógica, particularmente no campo da educação e da formação das elites, área sensível para o regime, mas marcada por uma margem de tolerância. Essa especificidade contribui para mostrar quer a natureza da sua exposição ao enquadramento político, quer as modalidades diferenciadas de resposta institucional observáveis no período em análise.

A análise dos artigos da responsabilidade da redação mostra o jornal como um espaço que combinava erudição, intervenção cívica e defesa da legalidade republicana, face à crescente hegemonia do Estado Novo. Esse posicionamento justificou a atenção repressiva de que foi alvo, particularmente quando o jornal passou a abordar de forma sistemática questões económicas, encetando uma verdadeira cruzada contra o que denominou “plutocracia” e que acabaria por envolver *O Século*. Esta forma de influência sobre o poder político, representada por sociedades como a Torlades e por companhias como a Norte de Portugal e a Nacional de Navegação, estruturas herdadas da Iª República, era tal que, no

⁴⁰ Segundo António Nóvoa, a educação no Estado Novo funcionou como extensão do aparelho de Estado para moldar atitudes, disciplinar comportamentos e inculcar valores definidos pela ideologia dominante. Este processo incidiu tanto na reorganização administrativa como no controlo ideológico de conteúdos, professores e práticas pedagógicas. Cf. António Nóvoa, “Educação Nacional” in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, *Dicionário...*, cit., p. 286-288.

⁴¹ Jorge Miranda, “Constituição de 1933” in António Barreto e Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 405.

dizer de António José Telo, “tratam quase de igual para igual com o Governo e decidem com o seu peso inúmeras questões”⁴².

III. O Século versus o *Diário Liberal*

A crise desencadeada pelo confronto entre o *Diário Liberal* e o periódico *O Século* constitui um momento charneira na gestão da dissidência intelectual pelo Estado Novo. Este episódio não apenas precipitou o encerramento do jornal oposicionista como também forneceu ao regime a justificação formal para punir seletivamente os seus diretores⁴³. A operação, juridicamente enquadrada, abriu caminho à fase seguinte do processo, isto é, a reintegração controlada de determinados opositores que, como Hernâni Cidade, dispunham de elevado capital simbólico e partilhavam redes de sociabilidade académica. Foi o caso de Joaquim de Carvalho e Mário de Azevedo Gomes, embora este viesse a ser preso pela sua ligação ao MUD no pós-guerra.

O confronto que opôs o *Diário Liberal* a *O Século*, não resultou apenas da divergência ideológica entre os dois periódicos. Embora ambos se definissem como republicanos, representavam projetos políticos distintos. Enquanto *O Século* mantinha um republicanismo moderado e, de certo modo, acomodado à nova conjuntura política o *Diário Liberal* assumia uma postura combativa e de vigilância crítica face ao novo regime⁴⁴.

O caso que espoletou a polémica foi de cunho financeiro, envolvendo a Companhia Industrial e Mineira de Portugal, cujo pedido de aval à Caixa Geral de Depósitos levantou suspeitas sobre o favorecimento económico de grupos

⁴² Cf. por exemplo, o início das publicações, todas após abril de 1933: Torlades *Diário Liberal*, 7.11.1933; Norte de Portugal *Diário Liberal*, 30.07.1933; Companhia Nacional de Navegação *Diário Liberal*, 17.8.1933. As empresas de grande dimensão resultaram de um processo de fusão ocorrido no final da Iª República, no contexto do redimensionamento do tecido económico que, durante e no após guerra, levou à expansão da pequena empresa. A partir de 1925, a crise económica levou a processos de concentração que reforçaram os grandes grupos económicos. António José Telo, *Decadência e queda...*, cit., p. 51 e seg.

⁴³ Sobre o controlo político indireto da justiça cf., Nuno José Mendes Lopes, *Disciplina e controlo da magistratura judicial entre a República e o Estado Novo (1910-1945)*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade do Minho, 2011, (<https://repositorium.uminho.pt/bitstreams/a045a3e9-3975-4e05-b175-a0d44806da35/download>, consultado em 2026.02.24).

⁴⁴ O Ministério era, à data dos acontecimentos (1927), liderado por Sinel de Cordes, que antecedeu Oliveira Salazar na pasta das Finanças. A sua administração não foi particularmente apreciada pelo ditador. A associação de *O Século* a esta figura não era particularmente prestigiante aos olhos de Salazar. Cf. Paulo Morais Alexandre, “Cordes, Sinel de” in António Barreto e Filomena Mónica (coord.), *Dicionário...*, cit., p. 421.

próximos do poder⁴⁵. O *Diário Liberal* acusou o diretor de *O Século*, João Pereira da Rosa⁴⁶, de ocultar informação relevante sobre o inquérito ao empréstimo, insinuando conluio com interesses privados beneficiados pela governação.

Numa passagem particularmente incisiva, o *Diário Liberal* sugeria que a ocultação de dados do inquérito não era mero acaso jornalístico, mas um ato de cumplicidade: o relatório deveria ser divulgado “para o país ver” o que ali se dizia, e para que cessasse a suspeita de que *O Século* e Pereira da Rosa estariam “defendendo negócios ilícitos e favorecendo manobras inconfessáveis”⁴⁷.

Esta acusação expôs publicamente o alinhamento entre setores económicos e o aparelho político, tocando num nervo sensível da propaganda salazarista que procurava projetar uma imagem de retidão moral e rigor financeiro. A denúncia de plutocracia, um termo utilizado pelo jornal para designar a crescente influência das elites económicas sobre as decisões do Estado, minava esta narrativa, amplificando a tensão entre os dois periódicos e abrindo caminho à intervenção repressiva⁴⁸.

A polémica com *O Século* proporcionou ao regime um pretexto funcional para agir, colocando em prática um dispositivo político de gestão da dissidência.

Embora a imprensa oposicionista estivesse sob vigilância apertada desde 1933, as autoridades procuravam, sempre que possível, um fundamento formal para justificar medidas repressivas. Esta modalidade de gestão visava preservar a aparência de governação legalista e minimizar os custos simbólicos de reprimir figuras públicas respeitadas⁴⁹.

Assim, a condenação do conselho diretivo do *Diário Liberal* em 1935 deve ser entendida como momento culminante de um processo gradual de neutralização, pese embora o processo judicial tenha partido da direção do jornal *O Século*. A repressão envolveu processos jurídicos, que enquadravam a punição num molde formal, e vigilância da atividade pública. As dificuldades financeiras

⁴⁵ *Diário Liberal*, 21.12.1933. O Ministério era, à data dos acontecimentos (1927), liderado por Sinel de Cordes, que antecedeu Oliveira Salazar na pasta das Finanças. A sua administração não foi particularmente apreciada pelo ditador. A associação de *O Século* a esta figura não era particularmente prestigiante aos olhos de Salazar. Cf. Paulo Morais Alexandre, “Cordes, Sinel de” in António Barreto e Filomena Mónica (coord.), *Dicionário...*, cit., p. 421.

⁴⁶ Assembleia da República, João Pereira da Rosa. Lisboa: Assembleia da República, s.d. Disponível em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/rosa_joao_pereira_da.pdf (consultado em 2026. 02.12).

⁴⁷ *Diário Liberal*, 21.12.1933.

⁴⁸ Cf. António José Telo, *Decadência e queda...*, cit.

⁴⁹ Esta abordagem, extrapolada a partir do texto constitucional, remete para o totalitarismo em países como a Alemanha ou a Itália, que passava pelo “controlo da administração e da propriedade dos órgãos de comunicação social”. Manuel Braga da Cruz, “Censura” in António Barreto e Filomena Mónica (coord.), *Dicionário...*, cit., p. 276.

intensificavam-se graças à ausência de publicidade institucional paga e o *Diário Liberal* viu-se mesmo obrigado a suspender temporariamente a sua publicação.

Este conjunto de medidas articuladas corresponde a uma modalidade de gestão da dissidência em que, ao invés de declarar abertamente a ilegalização de um órgão oposicionista, o regime preferia construir um percurso em que o Estado surgia como mero executor das normas e não como agente de perseguição política.

O encerramento do jornal e a condenação dos seus dirigentes seguem um padrão que apresenta duas vias. Uma, a da repressão formal, sustentada por argumentação jurídica. Outra a da repressão seletiva, enquadrada num projeto político mais vasto de eliminação de espaços de contestação.

O regime estava consciente de que figuras como Joaquim de Carvalho, Hernâni Cidade e Mário de Azevedo Gomes possuíam reconhecimento público e poder simbólico considerável entre setores da elite académica⁵⁰. Assim, a modalidade de gestão escolhida não visava o aniquilamento das suas carreiras, mas antes estabelecer limites claros para a sua intervenção política.

A condenação pública funcionava como aviso e como mecanismo de descredibilização parcial. Contudo, ao mesmo tempo, o Estado procurava evitar que a repressão gerasse mártires culturais ou ruturas irreversíveis com instituições universitárias das quais dependia para legitimar o seu projeto educativo, como era o caso das academias de Coimbra (Joaquim de Carvalho) e de Lisboa (Hernâni Cidade).

A reação ao caso do *Diário Liberal* ilustra esta lógica. Embora os diretores tenham sido condenados judicialmente, não foram todos afastados definitivamente das suas funções académicas. A medida permitia reafirmar a autoridade política sem comprometer a estabilidade e o prestígio das instituições de ensino superior, poupando algumas das suas figuras.

A transição entre repressão seletiva e reintegração é um dos aspetos mais importantes deste episódio. A intervenção de Gustavo Cordeiro Ramos, antigo ministro da Instrução e figura de grande influência junto de Salazar, foi decisiva para que Hernâni Cidade não fosse afastado da carreira académica após 1935⁵¹. O seu papel torna-se compreensível quando se considera a importância estratégica que atribuiu à administração educativa.

Cordeiro Ramos defendia uma conceção germânica da educação como instrumento de formação nacionalista e disciplinadora⁵². No entanto, reconhecia

⁵⁰ Biblioteca Nacional de Portugal – Espólio E 36 (Cx. 3 e Cx. 8). Cf. correspondência com académicos tais como Vitorino Nemésio a propósito da condenação em 1935.

⁵¹ Cf. Helena Cidade Moura, “Cidade, Hernâni”..., cit..

⁵² Fernando Luís Gameiro, *Elites e Educação*, Lisboa, Colibri, 2017. Fernando Rosas, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise*

também a necessidade de assegurar estabilidade e prestígio das instituições, especialmente nos ensinos secundário e superior (ao qual pertencia). Reabilitar parcialmente figuras de mérito académico permitia ao regime projetar uma imagem de racionalidade e moderação.

A proteção concedida a Hernâni Cidade, mediada pelos académicos com ligação ao Liceu, inscreve-se, assim, num modelo de reintegração seletiva. O opositor é punido, para marcar limites. O opositor é protegido, para preservar o capital simbólico útil ao regime. O opositor é reintegrado, mas num quadro de condicionamento da sua ação.

Em suma: o confronto com *O Século* funcionou como mecanismo formal de legitimação da repressão, permitindo ao regime enquadrar juridicamente a punição de opositores e preservar a aparência de legalidade administrativa.

IV. Cordeiro Ramos e a política educativa do Estado Novo

A intervenção de Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução nos primeiros anos do Estado Novo, ocupa um lugar central na compreensão do modo como o regime geriu a dissidência intelectual resultante do caso *Diário Liberal*. A conjugação entre repressão seletiva e reintegração seletiva de figuras como Hernâni Cidade, mostra que a educação funcionava simultaneamente como instrumento de doutrinação e como espaço de acomodação de opositores considerados úteis ao prestígio cultural do regime⁵³.

A ação de Cordeiro Ramos não se limitou, portanto, a um gesto conciliatório ou benevolente sobre um seu companheiro de formação e de profissão. Representou antes uma peça essencial na arquitetura de poder que permitiu ao Estado Novo projetar disciplina ideológica, mantendo ao mesmo tempo uma aparência de racionalidade administrativa e de normalidade institucional. Esta lógica diferenciada ajuda a perceber por que razão certos intelectuais oposicionistas foram punidos, mas não eliminados do espaço académico⁵⁴.

A prioridade de Ramos, enquanto Ministro da Instrução (1929-1933), não consistia na criação de uma pedagogia inovadora, mas no desmantelamento do ideário educativo republicano, substituindo o pluralismo e a autonomia

Social, XXXV, 157 (2001), p. 1036-1052; Gustavo Cordeiro Ramos, *Alguns aspetos, sobretudo literários, do moderno nacionalismo alemão*, Lisboa, 1934, p. 82.

⁵³ António Nóvoa, "Educação Nacional" in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord), *Dicionário...*, cit., p. 286-288.

⁵⁴ António Costa Pinto, "O Império do Professor Salazar", *Análise Social*, Lisboa, XXXVIII, 167 (2003), p. 1055-1060.

intelectual por um sistema hierárquico, centralizado e orientado para a doutrinação⁵⁵. Atribuía particular importância ao controlo do corpo docente, concebido como agente de difusão ideológica, à centralização administrativa do ensino secundário e à fidelização ao regime das lideranças (caso do Reitor do Liceu de Évora, nomeado pelo próprio Cordeiro Ramos)⁵⁶.

A condenação dos diretores do *Diário Liberal* em 1935 colocou-o perante um dilema político delicado, pese embora o facto de já não desempenhar funções ministeriais. Não intervir significava punir excessivamente o grupo ao qual pertencia, penalizando figuras de grande prestígio dentro e fora da sua academia, o que poderia gerar tensões indesejáveis com setores universitários e culturais. Não punir significaria tolerar uma dissidência pública frontal. Contudo, essa decisão caberia a Salazar.

A solução encontrada, por Ramos e por Salazar, articulou repressão seletiva e proteção. Ramos utilizou a sua influência junto de Salazar e a sua autoridade sobre o sistema de ensino, para evitar o afastamento definitivo de Hernâni Cidade da carreira académica, garantindo a sua manutenção no sistema universitário⁵⁷. O gesto não anulava a punição judicial, mas amortecia os seus efeitos estruturais, permitindo ao regime punir sem destruir, uma prática que, embora com nuances, se terá estendido, nesta fase, a Joaquim de Carvalho e a Mário de Azevedo Gomes.

A atuação de Gustavo Cordeiro Ramos ilustra uma lógica recorrente da política educativa do Estado Novo: a compatibilização entre disciplina ideológica e preservação do prestígio institucional. Neste enquadramento, a proteção concedida a Hernâni Cidade não constituiu uma exceção pessoal, mas antes uma modalidade funcional de gestão da dissidência intelectual.

V. O Liceu de Évora e a reintegração de Hernâni Cidade

A partir de 1935, o Liceu Nacional de Évora, dirigido por António Bartolomeu Gromicho, tornou-se o principal palco da reintegração de Hernâni Cidade.

⁵⁵ Fernando Rosas, “O salazarismo ...”, cit., p. 1036-1052; Gustavo Cordeiro Ramos, *Alguns aspetos...*, cit., p. 82. Filho de um médico eborense, formado em Filologia Germânica, com passagem pela Universidade de Leipzig e fortemente influenciado pelo pensamento nacionalista germânico, Cordeiro Ramos emergiu como um dos principais ideólogos da política educativa do Estado Novo. A sua orientação teórica inspirava-se num modelo de educação nacionalista, disciplinadora e organicamente integrada no projeto político salazarista. Cf. Fernando Luís Gameiro, *Elites e Educação...*, cit. e Luís Reis Torgal, *A Universidade...*, cit., p. 90.

⁵⁶ Cláudia Castelo, “Ramos, Gustavo Cordeiro” in António Nóvoa (dir), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Lisboa, ASA, 1148-1150.

⁵⁷ Fernando Luís Gameiro, *Elites e Educação...* cit.; Helena Cidade Moura, “Cidade, Hernâni”..., cit..

Entre 1935 e 1941, a instituição acolheu o académico em atividades públicas, conferências e iniciativas culturais, num processo que lhe facultou reintegração tutelada, exigindo como contrapartida moderação da sua intervenção política. A instituição liceal surge, neste processo, não apenas como instituição de acolhimento, mas como espaço de mediação política entre poder central e sociabilidades locais.

O liceu funcionava como um dos braços mais importantes da política educativa do regime, formava quadros médios e elites regionais, consolidava a doutrina nacionalista e assegurava práticas disciplinadoras. As reformas de 1935 reforçaram a centralidade cultural do ensino liceal, sublinhando o seu carácter seletivo e elitista⁵⁸. Desde 1936 tornaram-se também sedes dos centros escolares da Mocidade Portuguesa, o que aumentou ainda mais a sua visibilidade institucional e o controlo sobre a juventude⁵⁹.

António Gromicho, reitor desde 1929, por nomeação de Cordeiro Ramos, construiu um projeto de afirmação institucional do Liceu de Évora. Avalizado pelo Ministro começou pela reconstrução do edifício da antiga Universidade, para depois desenvolver um programa mais vasto de intervenção na cidade. Este incluiu a comemoração do centenário da instituição liceal, em 1941, à qual conseguiu dar uma dimensão nacional. A sua influência ganhou escala com o desempenho do cargo de deputado à Assembleia Nacional (1942-1957)⁶⁰.

Menos de seis meses após a condenação no processo do *Diário Liberal*, Hernâni Cidade foi convidado por Gromicho a proferir uma conferência na Sala dos Atos, a 10 de junho de 1935. As atas do Conselho Escolar registam este convite com clareza e conferem-lhe particular importância⁶¹.

A conferência simbolizou a reintegração tutelada, a recuperação de uma posição institucional relevante e o uso político do capital simbólico do intelectual por parte do liceu e do regime.

⁵⁸ Cf. António Nóvoa, “Ensino Liceal” in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário...*, cit., p. 301. Fernando Luís Gameiro, *Elites e Educação...*, cit.. Idem, *Identidade...*, cit..

⁵⁹ Cf. Fernando Luís Gameiro, *Identidade...*, cit.. Fernando Luís Gameiro e Helder Adegar Fonseca, “O Liceu de Évora na formação da elite portuguesa” in António Gomes Ferreira (org.), *Escolas, Culturas e Identidades. Atas do III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, vol. III, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, p. 17-27.

⁶⁰ Cf. António Bartolomeu Gromicho, “O Liceu Nacional de Évora”, *Cidade de Évora*, 35-36, p. 54. Pedro Muralha, *Monografias Alentejanas*, Lisboa, Imprensa Beleza, 1945. Cf. Fernando Luís Gameiro, *Identidade...*, cit., p. 157-178.

⁶¹ PT/AHLAGE/D/A/001, Atas das Sessões do Conselho Escolar (Conselho Geral), 1903-1936, Lv245, 13-05-1935 (convite a Hernâni Cidade para conferência de 10 de Junho). Pedro Muralha, *Monografias...*, cit. Cf. Fernando Luís Gameiro, *Identidade...*, cit., p. 157-178.

Não se tratava de reabilitação plena, mas de reintegração tutelada. Nos anos seguintes, a presença de Cidade tornou-se habitual na capital do Alentejo. Em 1941, o centenário do Liceu ofereceu uma oportunidade para uma reintegração ainda mais visível. A entrevista concedida por Cidade ao jornal *República* sublinhava a importância da instituição para todo o Sul do país, reforçando tanto o prestígio do liceu quanto a sua própria autoridade académica⁶².

A reintegração de Hernâni Cidade não se explica apenas pela vontade política do regime. Resulta também do funcionamento de redes de sociabilidade que forneceram mediação, proteção e legitimidade social. Garantiram ligações estratégicas, permitiram ativar cumplicidades de longa duração e transformaram a repressão seletiva num processo negociado implicitamente⁶³.

O Estado Novo, apesar de autoritário, não eliminava estas redes. Utilizava-as, moldava-as e governava através delas. O processo descrito assegurou a Hernâni Cidade a manutenção da carreira universitária, apesar do conflito com Salazar⁶⁴.

O caso de Hernâni Cidade evidencia uma modalidade de gestão típica do Estado Novo, a tolerância caucionada. A reintegração não cancelava a repressão seletiva, não reabilitava politicamente o opositor, mas restituía-o ao espaço público sob condição.

Conclusão

Entre 1932 e 1935, o Estado Novo consolidou uma modalidade específica de controlo da dissidência intelectual assente na articulação entre repressão seletiva e integração condicionada. O caso de Hernâni Cidade permite observar essa lógica em funcionamento, revelando um regime que puniu publicamente a oposição intelectual associada à imprensa republicana, mas que, simultaneamente, reconheceu o valor simbólico e institucional de determinados opositores, evitando a sua exclusão definitiva do espaço académico.

A condenação judicial dos diretores do *Diário Liberal* marcou a vertente repressiva deste processo, delimitando os limites da crítica pública num contexto de crescente institucionalização do autoritarismo. Contudo, a neutralização do periódico não se traduziu na destruição automática das carreiras dos seus dirigentes. No caso de Hernâni Cidade, a repressão seletiva visou sobretudo

⁶² *República*, 13.10.1941

⁶³ Pedro Muralha, *Monografias...*, cit.. Cf. Fernando Luís Gameiro, *Identidade...*, cit., p. 157-178.

⁶⁴ Helena Cidade Moura, “Cidade, Hernâni”..., cit..

circunscrever a sua intervenção pública, mais do que eliminar a sua autoridade cultural e académica, num quadro em que a responsabilidade política foi assumida de forma coletiva, tal como a punição judicial.

É neste contexto que se torna inteligível a dinâmica de reintegração tutelada da dissidência intelectual. Este processo contou com a mediação de figuras centrais da política educativa do regime e concretizou-se, sobretudo, através das instituições de ensino. As redes de sociabilidade formadas no Seminário, no Liceu e na Universidade desempenharam um papel decisivo como mecanismos de mediação entre poder político e elites culturais, permitindo a manutenção de Hernâni Cidade no sistema educativo entre 1935 e 1941, num quadro de visibilidade institucional cuidadosamente condicionado.

A trajetória analisada evidencia que o Estado Novo não governou a dissidência intelectual apenas através de dispositivos repressivos, mas também por mecanismos diferenciados de enquadramento e tutela. O capital simbólico dos opositores, a sua inserção em redes académicas consolidadas e a centralidade das instituições educativas, condicionaram os limites da repressão seletiva e da reintegração tutelada, revelando a centralidade das instituições educativas e da cultura no funcionamento quotidiano do autoritarismo português durante a década de 1930.

O caso de Hernâni Cidade não deve, assim, ser entendido como exceção biográfica, mas como expressão de uma modalidade estrutural de gestão da dissidência intelectual, fundamental para compreender as relações entre cultura, poder político e instituições educativas no Estado Novo.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/00057/2025 – <https://doi.org/10.54499/UID/00057/2025> | UID/PRR/00057/2025 – <https://doi.org/10.54499/UID/PRR/00057/2025> Financiado pela União Europeia – NextGenerationEU.